

fp



federaco

Revista da Federação Nacional
dos Sindicatos da Função Pública

.05
5ª SÉRIE
SETEMBRO 2009

DEPOIMENTOS

Os coordenadores dos Sindicatos da FNSFP fazem o balanço de 4 anos de Governo e perspectivam o futuro das TFP's.

VOTAR

PARA ROMPER COM AS POLÍTICAS DE DIREITA



MAIORIAS ABSOLUTAS



ESMAGAM DIREITOS





Os aumentos salariais que irão situar-se entre os 1,2% e os 5,6%, conforme os níveis, resultaram e muito da acção dos trabalhadores organizados nos Sindicatos da Função Pública.

//ÍNDICE//

EDITORIAL	3
A força do voto dos trabalhadores da Administração Pública	
OPINIÃO	
Projectar o futuro	4
COM UM VOTO DE MUDANÇA	
Até Que Enfim!	5
Acabou o Pesadelo Desta Legislatura!	
Votar É Lutar	6
Para Que Não Fique Tudo Na Mesma	
O GOVERNO COMPROMETEU-SE: FALHOU E ESCONDEU-SE!	7
SECTORES	
Saúde	8
Educação	10
Segurança Social	12
FOTOREPORTAGEM	
4 anos de luta	14
SECTORES	
IPSS	16
Ensino Superior	17
Cultura	18
Finanças	19
Agricultura	20
Economia	22
MOPTC	23
MAOTDR	24
Justiça	25
MAI	26
MD e MNE	27
MANIFESTO	28

IPSS AUMENTOS SALARIAIS PARA 2009

» A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública (FNSFP) e a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade assinaram um acordo para o aumento, ainda em 2009, dos salários e das restantes prestações pecuniárias dos trabalhadores das IPSS.

Os aumentos salariais que irão situar-se entre os 1,2% e os 5,6%, conforme os níveis, resultaram e muito da acção dos trabalhadores organizados nos Sindicatos da Função Pública.

Para além dos salários, as diuturnidades serão aumentadas para €21,00 e o abono para falhas para €29,00. Quanto ao subsídio de refeição este ficou fixado em €2,38, para o ano de 2009.

TABELA DE RETRIBUIÇÕES MÍNIMAS DOS TRABALHADORES NÃO DOCENTES DE 1 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2009

NÍVEIS	VALORES EM EUROS
I	1157
II	1078
III	1015
IV	967
V	917
VI	869
VII	820
VIII	773
IX	726
X	678
XI	630
XII	587
XIII	543
XIV	507
XV	485
XVI	458
XVII	454
XVIII	450

FICHA TÉCNICA

Director: Ana Avoila | **Coordenador de Redacção:** Rui Raposo | **Conselho de Redacção:** Alcides Teles, Ana Avoila, Artur Monteiro, José Manuel Dias, Luís Pesca e Paulo Taborda | **Redacção:** Luís Gomes | **Design e Impressão:** Regiset | **Fotografia:** Gabinete de Informação da FNSFP | **Propriedade:** Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública | Rua Rodrigues Sampaio, 138-3º, 1150-282 Lisboa | Tel: 21 317 24 80 | Fax: 21 317 24 89 / 21 315 28 20 | Email: informa@fnsfp.pt | **Periodicidade:** Quadrimestral | **Tiragem:** 15.000 | **Distribuição gratuita aos sócios dos Sindicatos da Federação** | **Depósito legal:** 3063/89



//EDITORIAL//

A FORÇA DO VOTO DOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



» ANA AVOILA

APÓS A INTERVENÇÃO DOS SINDICATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, QUE CONSTITUEM A FRENTE COMUM, TEREM EXPOSTO A GRAVIDADE DE TAIS MEDIDAS JUNTO DOS GRUPOS PARLAMENTARES, FOI POSSÍVEL, POR INICIATIVA DO PCP, FAZER CHEGAR AO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL O PEDIDO DE APRECIÇÃO DA INCONSTITUCIONALIDADE DA RETIRADA DO VÍNCULO DE NOMEAÇÃO E DE DIREITOS ADQUIRIDOS NA APOSENTAÇÃO.

» A força do voto dos trabalhadores da Administração Pública, em 27 de Setembro, tem de ser utilizada para impedir maiorias absolutas e fazer com que o Governo que venha a sair deste processo eleitoral não tenha condições para continuar a política de regressão social e civilizacional do Governo PS.

Poderemos, assim, contribuir para inverter a política contra os trabalhadores seguida nas últimas três décadas pelo PS/PSD/CDS, nos governos que constituíram ou em que participaram.

A realidade demonstra que as sucessivas e inconstitucionais alterações à legislação da Administração Pública – e, sobretudo, as impostas pela maioria absoluta do PS – estão a degradar os serviços e a ter consequências profundamente negativas, não só para os trabalhadores, mas também para as populações, que vêem piorar o atendimento e a prestação de serviços públicos essenciais, alguns dos quais foram privatizados. É esta a situação que os trabalhadores bem sentem nos locais de trabalho, em todas as áreas da Administração Pública: na administração directa, na indirecta e na autónoma.

É necessário inverter esta política de desastre nacional!

Os trabalhadores da Administração Pública não podem continuar a ser confrontados com situações que degradam as suas condições de vida e de trabalho e atentam contra direitos adquiridos ao longo de décadas de luta.

O recorrente argumento de que os partidos “são todos iguais” é um verdadeiro “seguro de vida” para a política de direita e para os partidos que têm dominado o poder político em Portugal.

Vejamos alguns exemplos paradigmáticos: a maioria absoluta PS aprovou a inconstitucional retirada do vínculo público de nomeação a cerca de 90% dos trabalhadores da Administração Pública, numa escalada de introdução da precariedade no sector público, assim como aprovou a brutal retirada de direitos na aposentação, nos salários, na avaliação de desempenho, ou nas carreiras, congelando os escalões.

Ora, houve na Assembleia da República quem tenha apoiado a luta dos trabalhadores contra estas medidas e agido em conformidade.

Após a intervenção dos Sindicatos da Administração Pública, que constituem a Frente Comum, terem exposto a gravidade de tais medidas junto dos grupos parlamentares, foi possível, por iniciativa do PCP, fazer chegar ao Tribunal Constitucional o pedido de apreciação da inconstitucionalidade da retirada do vínculo de nomeação e de direitos adquiridos na aposentação. Esperemos que este Tribunal veja o que toda a gente vê – a afronta à Constituição que tal regressão social representa – e obrigue à reposição da situação anterior.

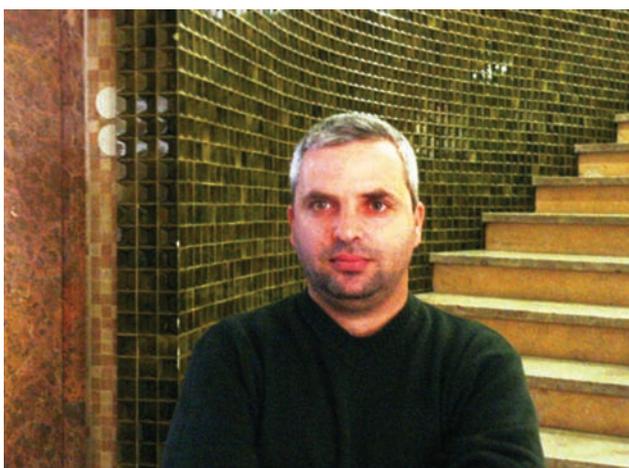
A dignificação e valorização dos trabalhadores da Administração Pública exigem uma ruptura com as políticas de direita do PS/PSD/CDS. Daí, a importância do voto, em 27 de Setembro, em quem sempre se identificou com os direitos dos trabalhadores e das populações.



Pelas mãos do Governo PS/Sócrates concretizou-se o maior ataque aos direitos dos trabalhadores, ao Estado e às suas funções desde o 25 de Abril de 1974.

// **OPINIÃO** // Alcides Teles

PROJECTAR O FUTURO COM UM VOTO DE MUDANÇA



ESTES QUATRO ANOS,
POR FORÇA DESTAS POLÍTICAS,
FORAM AO MESMO TEMPO
MARCADOS POR INTENSAS
E GRANDES LUTAS, EM
QUE OS TRABALHADORES
DA FUNÇÃO PÚBLICA TIVERAM UM
PAPEL FUNDAMENTAL.
**ESTAMOS AGORA EM TEMPO
DE BALANÇO E DE REFLEXÃO.
DEVEMOS FAZER UMA PERGUNTA
SIMPLES: QUEM VIVE HOJE MELHOR
DO QUE VIVIA HÁ QUATRO
ANOS ATRÁS? OS TRABALHADORES
NÃO, CERTAMENTE.**

» A 27 de Setembro há eleições legislativas. O período de governação PS/Sócrates está a terminar e é tempo de fazermos um balanço da sua actuação e de projectarmos o futuro.

Em 2005 alertámos para os perigos de uma maioria absoluta, que para a esmagadora maioria da população e em particular para os trabalhadores, que hoje podem ser confirmados.

Pelas mãos do Governo PS/Sócrates concretizou-se o maior ataque aos direitos dos trabalhadores, ao Estado e às suas funções desde o 25 de Abril de 1974.

Sócrates, apoiado na maioria absoluta parlamentar do PS roubou o vínculo público à esmagadora maioria dos trabalhadores da Administração Pública e impôs um regime de contrato de trabalho em funções públicas, qual versão agravada do Código do Trabalho; facilitou os despedimentos no sector, com a introdução do regime de mobilidade especial; implementou o SIADAP, como instrumento repressivo com objectivos economicistas de contenção das progressões salariais dos trabalhadores; os salários reais regrediram ao longo dos anos da governação PS/Sócrates e o poder de compra dos trabalhadores da Função Pública diminuiu drasticamente.

O Estado, em particular as suas funções sociais, foram alvo de um intenso ataque, com o encerramento de escolas, de serviços de saúde, de privatização de equipamentos de acção social.

Onde os serviços públicos fecharam portas, os grandes grupos económicos privados passaram a ter lucro. Estes quatro anos, por força destas políticas, foram ao mesmo tempo marcados por intensas e grandes lutas, em que os trabalhadores da Função Pública tiveram um papel fundamental.

Estamos agora em tempo de balanço e de reflexão. Devemos fazer uma pergunta simples: Quem vive hoje melhor do que vivia há quatro anos atrás? Os trabalhadores não, certamente.

O direito ao trabalho, ao salário digno, à valorização profissional e à estabilidade de emprego estão postos em causa. Trabalhar hoje na Administração Pública é pior do que há quatro anos atrás.

No próximo dia 27 de Setembro vamos eleger uma nova Assembleia da República. O nosso voto pode impedir um novo cenário de maiorias que se servem dos trabalhadores e os atacam para desenvolver políticas de que apenas meia dúzia beneficia. Tem de ser esta a consequência lógica de todo o descontentamento, protesto e luta que temos travado.



//OPINIÃO// Artur Monteiro

ATÉ QUE ENFIM! ACABOU O PESADELO DESTA LEGISLATURA!

ESTE POSICIONAMENTO POLÍTICO POR PARTE DOS POLÍTICOS E DOS PARTIDOS, DEVE SER COLOCADO AGORA PARA QUE TODOS NÓS POSSAMOS VOTAR EM CONSCIÊNCIA E ANTECIPADAMENTE CONHECEDORES DAS SUAS INTENÇÕES.

SÓ POLÍTICOS MENTIROsos, NÃO DEMOCRÁTICOS E COBARDES, SE ESCONDEM NAS SUAS MAIORIAS E ATACAM OS TRABALHADORES, NÃO RESPEITANDO COMPROMISSOS ELEITORAIS.

MUDEMOS DE RUMO, PELOS NOSSOS DIREITOS



» Chegados ao fim de mais uma legislatura, esta de maioria absoluta do Partido Socialista, só nos resta respirar de alívio por tal ter acontecido.

E o facto não é para menos.

De facto foi durante esta legislatura, num Governo de maioria PS e do Senhor Sócrates, que aconteceu o que pior poderia ter acontecido para os trabalhadores da função pública.

Matérias como a perda do vínculo público, os despedimentos colectivos ou individuais chamados de mobilidade especial, as constantes alterações à legislação da aposentação que mais não são que um roubo descarado e sem escrúpulos, a destruição das carreiras profissionais, sem ter em conta as mais diversas profissões e especializações, e a desregulamentação dos conteúdos profissionais e dos horários de trabalho, bem como um SIADAP, com quotas que visa exclusivamente o congelamento durante vários anos no mesmo nível remuneratório, fazem parte desse legado deixado por Sócrates e pela maioria parlamentar do PS.

Se a tudo isto ainda juntarmos o Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas (o nosso Código de Trabalho) que nos está a ser imposto, contendo matérias mais gravosas do que o código do trabalho, como o despedimento por inadaptação, podemos, sem qualquer tipo de complexos,

afirmar que fomos vítimas dum autêntico “terrorismo legislativo” que arrasou todo o edifício legislativo da Administração Pública.

É por tudo isto, que exigimos uma nova política que respeite os nossos direitos e garanta a todos o direito constitucional ao trabalho com qualidade, bem como o reforço das funções sociais do Estado. É tempo dos políticos dizerem com clareza, **que políticas têm para a Administração Pública e o que defendem para as funções sociais do Estado.**

Este posicionamento político por parte dos políticos e dos partidos, deve ser colocado agora para que todos nós possamos votar em consciência e antecipadamente conhecedores das suas intenções. Só políticos mentirosos, não democráticos e cobardes, se escondem nas suas maiorias e atacam os trabalhadores, não respeitando compromissos eleitorais.

Também em nossa opinião, os silêncios sobre estes temas, nos mais diversos discursos ou intervenções na comunicação social, bem como as sistemáticas abstenções nas votações na Assembleia da República, são ataques aos trabalhadores que registamos.

Sejamos conscientes e exigentes.

Não nos deixemos iludir por frases muito bonitas, ou promessas falsas. Temos que continuar a nossa luta.



O próximo dia 27 de Setembro é uma janela de oportunidade para que através do voto possamos mudar o rumo dos acontecimentos.

//OPINIÃO// José Manuel Dias

VOTAR É LUTAR PARA QUE NÃO FIQUE TUDO NA MESMA



» A presente legislatura está a chegar ao fim. Pela primeira vez, desde o 25 Abril, o partido Socialista governou em maioria absoluta no parlamento.

Assumindo-se perante os portugueses como um partido de esquerda mostrou, de uma forma clara e desavergonhada, nestes últimos 4 anos, um projecto político de natureza neo-liberal que muitos partidos de direita não desdenhariam ter protagonizado.

O fundamental deste projecto assenta na ideia de que o mercado e o sector privado são os grandes responsáveis pelo desenvolvimento social e económico. Ao Estado, logo, aos governos, cabe o papel de criar as condições legais para que esse projecto possa florescer favorecendo os grupos sociais detentores do grande capital em detrimento dos interesses da classe trabalhadora.

Foi com base nesta ideia de governo, que no presente é contestada por esse mundo fora e cujos resultados estão à vista, que a governação Sócrates se alicerçou conduzindo ao desmantelamento do Estado Social e destruição dos direitos sociais e laborais a ele associados, aliás, na continuação do que já havia sido o Governo Durão Barroso/Ferreira Leite.

Vejam alguns de entre muitos exemplos:

Na **área da Saúde** aprofundou-se a política de privatização do SNS transformando em Entidades Públicas Empresariais os Hospitais Públicos. Encerraram-se unidades de saúde por esse país fora (maternidades; Centros Saúde; Hospitais Locais, etc..) em nome de uma racionalização de custos que só trouxe prejuízo para as populações. Como se não bastasse encontra-se na calha a empresarialização dos Centros de saúde recentemente Agrupados.

Na **Área da Educação** o caminho tem sido semelhante. Começou na transferência das competências de Gestão do Parque Escolar e dos seus trabalhadores para as Autarquias e acabando na privatização encapotada do Ensino Superior Público com a passagem das universidades a Fundações. Pelo caminho o governo, e ao contrário do que pretende fazer crer, desresponsabilizou-se progressivamente do seu dever de promoção da escola pública de qualidade, com o objectivo de favorecer os interesses privados na educação com o inevitável aumento dos custos para as famílias e degradação da qualidade do ensino.

Na Administração Pública

Perante o quadro geral atrás referido, as coisas não foram diferentes quanto à política governativa do PS para a Administração Pública. Esta desenvolveu-se em torno do Programa PRACE que

levou à prática uma estratégia concertada tendo como objectivo principal a destruição da ideia de Emprego Público, Estável e com Direitos. Precarizar foi o mote. Recordemos o essencial:

- 1 - Aprofundamento e generalização do Contrato individual de Trabalho na Adm.Pública, que será cada vez maior à medida da progressiva empresarialização dos serviços públicos
- 2 - Modificação, unilateral e ilegal, do vínculo laboral da grande maioria dos funcionários e agentes, com a entrada em vigor do Regime Jurídico do Contrato de Trabalho em Funções Públicas;
- 3 - Anulação do direito à progressão na carreira com a criação do novo regime carreiras em que a grande maioria dos trabalhadores passará 10 anos no mesmo escalão para que possa progredir;
- 4 - Eliminação do direito à estabilidade no emprego com a introdução do despedimento seja por extinção do posto de trabalho; por inadaptação ou por avaliação de desempenho negativa;
- 5 - Criação da Lei da Mobilidade Especial, versão mais apurada dos supranumerários, colocando na prateleira centenas de trabalhadores que se vêem impossibilitados do seu direito ao trabalho, o que na prática mais não é do que um verdadeiro despedimento colectivo que nem as grandes empresas se atrevem a fazer.
- 6 - Estagnação salarial e contínua perda do poder de compra e nível de vida com os aumentos salariais a serem sucessivamente abaixo da inflação prevista para cada ano.
- 7 - Por último, reformulação do SIADAP, aprofundando os seus aspectos mais negativos, em que se reforçou a injustiça na avaliação dos trabalhadores desestabilizando por completo os serviços.

Com o Nosso Voto a Mudança é Possível

De tudo o que se disse é forçoso concluir que os 4 anos de governo PS que agora terminam foram um pesadelo para os trabalhadores em Geral, e para os trabalhadores da Administração Pública em particular. O resultado está na profunda crise social e económica sem precedentes que o nosso país atravessa e da qual os trabalhadores são os primeiros e últimos afectados. Sabemos também que, se não fosse a Luta intensa desenvolvida pelos trabalhadores ao longo desta legislatura a política do governo de Sócrates com a sua maioria absoluta teria sido ainda mais destruidora dos nossos direitos.

O próximo dia 27 de Setembro é uma janela de oportunidade para que através do voto possamos mudar o rumo dos acontecimentos e provocar a ruptura política necessária para que os nossos interesses sejam atendidos e a nossa Democracia saia reforçada.

Para que não fique tudo na mesma Votar é Lutar



//OPINIÃO// Jorge Veludo

O GOVERNO COMPROMETEU-SE: FALHOU E ESCONDEU-SE!

DIA 27 ESCOLHEMOS UM NOVO PARLAMENTO

» O Governo produziu uma nova Lei de Vínculos, Carreiras e Remunerações para a Função Pública, à qual se seguiu a do Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas.

Na sequência daquela, o Estatuto Profissional dos trabalhadores dos serviços externos do MNE deveria ter sido revisto há já um ano, o Governo só em Novembro mostrou disponibilidade para tal, mas deixou correr o tempo e, quando pedimos oficialmente a abertura de negociações, não respondeu e escondeu-se atrás do parecer duma técnica do Departamento de Assuntos Jurídicos do MNE dizendo que as balizas da nossa nova situação serão as (desconhecidas) legislações locais aplicáveis.

Aliás, à pressa, o MNE já desencadeara um processo negocial para definição da situação laboral dos trabalhadores nos Centros Culturais do Instituto Camões, párias ao longo dos anos, tendo imposto a prevalência das legislações locais, sem sequer consagrar direitos sindicais, direito à negociação e direito à formação (quando esta é necessária à aplicação do aí consagrado SIADAP). E, enquanto as nossas carreiras são mantidas congeladas desde há 10 anos, sem concursos para Vice-Cônsul há 12, o MNE aproveita a transição e usa a figura de Vice-Cônsul escolhido para nomear Cônsules Honorários como Vice-Cônsules, promovendo a privatização da rede consular.

O já referido Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas consagra créditos sindicais que discriminam os pequenos sindicatos, como o nosso.

Tendo começado por reconhecer a pertinência da nossa situação específica, o Governo comprometeu-se em Outubro na rá-

pida contratação de um regime que consagrasse créditos sindicais razoáveis. Preparámos os textos, incluindo o do acordo obtido que o MNE só em Fevereiro enviou às Finanças. Mas o Governo, escondendo-se atrás do parecer jurídico dum técnico da Direcção Geral de Administração e Emprego Público, veio a remeter o acordo para a contratação colectiva que não avança e não resolveu a situação vivida desde Janeiro.

O Governo anunciou que os trabalhadores da Função Pública seriam actualizados 0,4 pontos percentuais acima da perda de poder de compra, mas impõe-nos os 2,9% aplicados em Portugal, quando nos assiste, em média ponderada, o direito a 5,4%, variável por país.

Neste contexto, será importante registar a desfaçatez manifestada a este propósito, em resposta a uma interpelação da Comissão Parlamentar do Trabalho (CPT), pelo gabinete do SEO. Escreve o assessor: "a determinação do montante da actualização dos trabalhadores é discricionária não existindo na lei qualquer critério pré-estabelecido"; despacho do SEO "concordo". Por outro lado, as Finanças discriminam-nos nos direitos e chegam a deixar colegas sem compensação em IRS ou sujeitos a dupla tributação.

O MNE, pelo seu lado, colabora com estas situações, retendo IRS em situações em que não deve, fingindo estar a diligenciar no sentido de a nossa diferente situação económica ser levada em conta, não negociando a actualização salarial e enviando, às escondidas, para as Finanças a sua insuficiente proposta de actualização.

A execução pelo MNE do sistema de avaliação criado pelo Governo constitui seguramente uma das maiores farsas caóticas jamais vistas nos serviços "periféricos" externos das Necessidades. O MNE não quis negociar uma adaptação adequada e exequível, não obriga os dirigentes a cumprir a Lei, mas, pasme-se, veio agora afirmar, em ofício à já referida CPT, que "a equiparação dos embaixadores a directores de serviços para efeitos do Siadap não é correcta."

Nas actuais condições o SIADAP apenas servirá para promover o descontentamento, a injustiça e as rivalidades, não para avaliar e melhorar.

Tudo isto se está a agravar nestes últimos meses, sem que os responsáveis políticos mostrem qualquer disponibilidade real para negociar o que pode e deve ser negociado.

No dia 27 de Setembro é o momento de os trabalhadores, cidadãos eleitores, exercerem o seu direito de voto, escolhendo o que consideram ser a melhor solução política para os seus problemas.





Estes trabalhadores estão em situação de precariedade laboral, sem perspectivas de progressão profissional e salarial, exclusivamente por vontade do Governo.

//SECTORES//

MINISTÉRIO DA SAÚDE

É TEMPO DE MUDAR

AS POLÍTICAS DO GOVERNO PS DESTRUÍRAM, EM QUATRO ANOS, MUITOS DIREITOS CONQUISTADOS DURANTE DÉCADAS DE LUTA E DE ACÇÃO SINDICAL. **É TEMPO DE AS CHUMBARMOS, TAMBÉM NAS LEGISLATIVAS DE 27 DE SETEMBRO.**





A CRIAÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE FAMILIAR NÃO SÓ NÃO VEIO RESOLVER O PROBLEMA DAS POPULAÇÕES, COMO VEIO DIVIDIR OS RECURSOS HUMANOS EXISTENTES, CRIANDO NOS CENTROS DE SAÚDE, JÁ DESPROVIDOS DE PESSOAL, RITMOS DE TRABALHO HUMANAMENTE INCOMPORTÁVEIS E, MUITAS VEZES SEM O PAGAMENTO DO TRABALHO SUPLEMENTAR.



» Com o fim do vínculo público, a insegurança e a instabilidade laborais acentuaram-se. Os «mapas de pessoal» em vez dos, até aqui, «quadros de pessoal», passam a ser anualmente revisitos e a depender das prioridades orçamentais decididas anualmente pelo Governo.

Os sindicatos e a Federação nunca foram tidos nem achados para negociar quaisquer medidas adoptadas pelo executivo PS.

O Acordo Colectivo de Trabalho, destinado aos **trabalhadores com contratos individuais de trabalho nos Hospitais EPE**, que chegou a estar em negociação, arrasta-se há anos, por culpa do Governo que se demitiu **das suas obrigações** e nunca mais nomeou qualquer negociador para este processo.

Estes trabalhadores estão em situação de precariedade laboral, sem perspectivas de progressão profissional e salarial, exclusivamente **por vontade do Governo**.

A extinção das carreiras específicas dos trabalhadores dos serviços gerais da Saúde liquidou uma carreira que indiscutivelmente contribuiu para a melhoria da prestação e humanização dos cuidados de Saúde no nosso País. Do seu enquadramento numa carreira geral, resultaram graves prejuízos tanto para os trabalhadores, que vêem frustradas as suas expectativas de uma carreira digna, como

para a qualidade dos serviços prestados à população.

A criação das Unidades de Saúde Familiar não só não veio resolver o problema das populações, como veio dividir os recursos humanos existentes, criando nos Centros de Saúde, já desprovidos de pessoal, ritmos de trabalho humanamente incomportáveis e, muitas vezes sem o pagamento do trabalho suplementar.

A implementação dos **Agrupamentos dos Centros de Saúde**, alguns abrangendo uma vasta área geográfica, força a uma «mobilidade» que deixa muitos trabalhadores longe demais dos locais de residência.

PROMESSAS AO VENTO

A contratação a prazo acentuou-se e a incerteza quanto ao futuro agravou-se nos Institutos, Hospitais do Sector Público Administrativo e ainda nos Centros de Saúde.

Recentemente, o Governo PS, de José Sócrates, pressionado pela luta dos trabalhadores, avançou com a promessa eleitoralista de passar alguns trabalhadores ao quadro. Tal não veio ainda a acontecer mas mesmo que se concretizasse não resolveria o problema da precariedade laboral dos quase dez

mil trabalhadores com contratos precários, continuando a deixar de fora mais de metade.

Os efeitos negativos da política de direita que o PS/Sócrates tem vindo a aprofundar nos últimos quatro anos fazem-se sentir por toda a parte nos serviços de saúde, quer pelos utentes quer pelos trabalhadores. A saúde é um direito fundamental e é preciso fazer ver isso mesmo nas próximas eleições e usar o voto lutando por uma ruptura com esta política destruidora.



//SECTORES//

EDUCAÇÃO

QUATRO ANOS DE POLÍTICAS CONTRA A ESCOLA PÚBLICA E OS TRABALHADORES NÃO DOCENTES



APESAR DE EXISTIREM EM SITUAÇÃO PRECÁRIA LARGOS MILHARES DE TRABALHADORES QUE PRESTAM SERVIÇO NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, NALGUNS CASOS DESDE 2002, O GOVERNO PERSISTE EM NÃO RESOLVER A SITUAÇÃO E PROCURA REMETER PARA A AUTARQUIAS A RESPONSABILIDADE DA SOLUÇÃO DO PROBLEMA.

» A legislatura que agora termina fica marcada pelo mais feroz ataque à Escola Pública e aos direitos dos trabalhadores não docentes, desencadeado após o 25 de Abril de 1974, pelos sucessivos governos do PS, PSD e CDS.

Ao longo destes quatro anos, o governo PS/Sócrates, pôs em causa a gestão democrática das Escolas, encerrou estabelecimentos pondo em causa o direito à educação e ao ensino, reduziu a qualidade dos serviços prestados com a destruição das carreiras específicas do pessoal não docente, a instabilidade de emprego e a manutenção da precariedade laboral.

Esta política educativa, retrógrada e de claro favorecimento dos interesses privados, foi concretizada, nomeadamente, com a aprovação do "Novo Regime de Autonomia e Gestão dos Estabelecimentos Públicos de Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário".

Este regime, justificado pela necessidade da criação de "lideranças fortes" e de uma pretensa participação da "comunidade local" na gestão das escolas, mais não representa que um vector para a eliminação da sua autonomia através da governa-



mentalização dos cargos de direcção respectivos e de subversão da gestão democrática das mesmas, ao impedir que docentes e não docentes sejam eleitos presidentes do Conselho Geral da Escola ou Agrupamento, ou que participem, como no caso dos não docentes, no Conselho Pedagógico. Entretanto, para o lugar de Director, pode ser nomeado pelo Ministério da Educação, um qualquer docente, mesmo que não pertença ao respectivo estabelecimento de ensino; mesmo que seja do ensino privado.

A política educativa do governo PS/Sócrates pautou-se também pelo encerramento de estabelecimentos de ensino, nomeadamente escolas primárias, sob a capa da rentabilização dos meios e do aumento da qualidade dos equipamentos, com a construção dos centros educativos.

Ainda que os edifícios sejam novos e os equipamentos estejam a “brilhar”, a qualidade do ensino não aumenta, quando os alunos têm o seu aproveitamento escolar posto em causa por horas de deslocação a pé ou em transporte, de casa até à escola e vice-versa; quando as turmas estão sobre-lotadas; ou quando faltam professores.

ESTA POLÍTICA EDUCATIVA,
RETRÓGRADA E DE CLARO
FAVORECIMENTO DOS INTERESSES
PRIVADOS, FOI CONCRETIZADA,
NOMEADAMENTE, COM
A APROVAÇÃO DO “NOVO REGIME
DE AUTONOMIA E GESTÃO
DOS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS
DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR
E DOS ENSINOS BÁSICO
E SECUNDÁRIO”.



Mas a política deste governo foi igualmente marcada pela sua total ausência de respeito e consideração pelos trabalhadores não docentes e pela importância que os mesmos têm para o normal funcionamento dos estabelecimentos de ensino.

Para além de ao longo da legislatura não ter tomado qualquer medida no sentido de resolver os problemas existentes, nomeadamente no que toca à precariedade e à estagnação nas carreiras, ainda destruiu as carreiras específicas existentes e promoveu a instabilidade no emprego, com a municipalização das escolas.

Apesar de existirem em situação precária largos milhares de trabalhadores que prestam serviço nos estabelecimentos de ensino, nalguns casos desde 2002, o Governo persiste em não resolver a situação e procura remeter para a autarquias a responsabilidade da solução do problema. Assim, aconselhou estas a abrirem os procedimentos concursais para o recrutamento dos trabalhadores com vínculo precário, limitando-se a fazer o mesmo só em relação àqueles que ainda estão sob a dependência do Ministério da Educação, numa clara atitude de desresponsabilização do papel do Estado, decorrente do processo de trans-

ferência das competências, em matéria de Educação, para os municípios. Deixou a estes a responsabilidade de “mandar para casa” os trabalhadores com contratos a termo, logo que a sua duração termine.

Mas a transferência de competências para os municípios trouxe consigo um problema acrescido de instabilidade de emprego para a generalidade dos trabalhadores não docentes, considerando a legislação produzida pelo Governo que impôs a redução do número de postos de trabalho nas escolas, decorrente da sua relação com o número de alunos. Deste modo, em cada ano lectivo, poderão ser destruídos novos postos de trabalho e colocados na mobilidade especial ou no desemprego mais e mais trabalhadores. Os trabalhadores não docentes dos jardins de infância, das escolas básicas e secundárias da rede pública demonstraram ao logo da legislatura a sua vontade de lutar em defesa dos seus direitos e da Escola Pública, participando massiva e sistematicamente nas sucessivas acções de luta dos trabalhadores da Administração Pública, contra as políticas de direita desenvolvidas por este governo.

O voto nas próximas eleições legislativas do dia 27 de Setembro, faz igualmente parte deste processo de luta contra estas políticas que põem em causa os seus direitos. Um voto que deve rejeitar maiorias absolutas. Um voto em favor de políticas que contribuam para a promoção da sua dignidade profissional e dos direitos laborais adquiridos.



//SECTORES//

SEGURANÇA SOCIAL

MAIS PRECARIEDADE, MENOS DIREITOS

EM VEZ DE PREENCHER O QUADRO COM FUNCIONÁRIOS QUALIFICADOS, ABRINDO CONCURSOS PÚBLICOS, O ISS RECORRE À PRECARIEDADE. OS TRABALHADORES NÃO ESQUECEM E DARÃO A RESPOSTA MEREcida JÁ NAS LEGISLATIVAS.



TODA A POLÍTICA DE DIREITA TEM COMO OBJECTIVO A PRIVATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

POR TODO O PAÍS, O CD DO ISS DESTACOU “COMISSÁRIOS” AOS LOCAIS DE TRABALHO, EM ABRIL, PARA CONTACTAREM FUNCIONÁRIOS AUXILIARES, INDIVIDUALMENTE, PRESSIONANDO-OS A ASSINAR A PASSAGEM À «MOBILIDADE ESPECIAL» E AMEAÇANDO-OS DE REPRESÁLIAS SE O REJEITASSEM. CERCA DE 40 TRABALHADORES ASSINARAM A PASSAGEM, INSCRITA COMO «MOBILIDADE VOLUNTÁRIA».

» O trabalho temporário tem sido a opção do Conselho Directivo do ISS através do recurso a empresas de trabalho temporário, recrutando jovens e provocando o acentuar da degradação dos serviços públicos e da sua qualidade. Os contratados a prazo, normalmente por apenas nove meses exercem funções complexas, como, por exemplo, o tratamento de processos relativos ao Complemento Solidário para Idosos (CSI), que requer, no mínimo anos de experiência que não é dada a nenhum trabalhador. Com o Governo de Sócrates foram recrutados a termo centenas de funcionários, tanto na área administrativa como na de acção social, designadamente em lares. Há departamentos em que todos os trabalhadores são colocados através de empresas de trabalho temporário.

O ISS passou quatro anos sem abrir concursos públicos para a passagem de trabalhado-

A gravidade da situação tem levado muitos funcionários a aceitar a reforma antecipada, mesmo com as penalizações decorrentes, nos cálculos para a aposentação.



O ISS PASSOU QUATRO ANOS SEM ABRIR CONCURSOS PÚBLICOS PARA A PASSAGEM DE TRABALHADORES À EFECTIVIDADE E RECUSOU RECORRER AOS TRABALHADORES QUE ACTUALMENTE ESTÃO NA BOLSA DE SUPRANUMERÁRIOS, POMPOSAMENTE DENOMINADA NA «MOBILIDADE ESPECIAL».



res à efectividade e recusou recorrer aos trabalhadores que actualmente estão na bolsa de supranumerários, pomposamente denominada na «mobilidade especial».

Com tanta precariedade, tem sido contínua a degradação dos serviços com o último objectivo de criar condições para os privatizar. A gravidade da situação tem levado muitos funcionários a aceitar a reforma antecipada, mesmo com as penalizações decorrentes, nos cálculos para a aposentação. Com esta “sangria” de quadros qualificados, há secções com muitos trabalhadores, agora reduzidas a dois ou três.

A recolha de assinaturas para o abaixo-assinado contra a falta de meios humanos no ISS continua a decorrer ainda este mês.

«MOBILIDADE» VOLUNTARIAMENTE OBRIGADA

Por todo o País, o CD do ISS destacou “comissários” aos locais de trabalho, em Abril, para contactarem funcionários auxiliares, individualmente, pressionando-os a assinar a passagem à «mobilidade especial» e ameaçando-os de represálias se o rejeitassem. Cerca de 40 trabalhadores assinaram a passagem, inscrita como «mobilidade voluntária». Quando se assina, os nomes são publicados no Diário da República e a situação torna-se irreversível.

Houve trabalhadores que tendo tomado conhecimento da publicação do seu nome, agravaram-se as condições de saúde de forma acentuada. **Ao assinar o documento, perde-se o posto de trabalho.**

Face à prepotência devemos resistir e lutar, também nas eleições, através do voto.

RECIBOS VERDES NA ACT

Quanto aos contratados em regime de recibos verdes, só depois de quase quatro anos de lutas é que o Governo decidiu abrir concursos, em Agosto, sendo os mesmos uma decepção.

Na Autoridade para as Condições de Trabalho há juristas nesta situação há mais de seis anos, com a responsabilidades

nas contra-ordenações e na feitura de requerimentos, e colegas em Lojas do Cidadão, cumprindo horários fixos em funções de trabalho permanente, ganhando 700€.

O concurso aberto não garante que os mesmos sejam integrados na ACT, existindo mesmo o risco de despedimento dos recibos verdes no final do concurso.

4 ANOS DE LUTA



Revista da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública

.15

CARREIRAS | APOSENTAÇÃO | MOBILIDADE ESPECIAL | PRECARIDADE



- 12/07/2007



CONCENTRAÇÃO DOS TRABALHADORES DA MOBILIDADE ESPECIAL - 13/02/2009



- 12/07/2007



PARTICIPAÇÃO NA MANIFESTAÇÃO NACIONAL DA CGTP - 20/03/2007

CARREIRAS | APOSENTAÇÃO | MOBILIDADE ESPECIAL | PRECARIDADE
SALÁRIOS | ACCESIBILIDADE | MOBILIDADE ESPECIAL | PRECARIDADE
CARREIRAS | APOSENTAÇÃO | MOBILIDADE ESPECIAL | PRECARIDADE
SALÁRIOS | ACCESIBILIDADE | MOBILIDADE ESPECIAL | PRECARIDADE
CARREIRAS | APOSENTAÇÃO | MOBILIDADE ESPECIAL | PRECARIDADE
SALÁRIOS | ACCESIBILIDADE | MOBILIDADE ESPECIAL | PRECARIDADE
CARREIRAS | APOSENTAÇÃO | MOBILIDADE ESPECIAL | PRECARIDADE
SALÁRIOS | ACCESIBILIDADE | MOBILIDADE ESPECIAL | PRECARIDADE
CARREIRAS | APOSENTAÇÃO | MOBILIDADE ESPECIAL | PRECARIDADE
SALÁRIOS | ACCESIBILIDADE | MOBILIDADE ESPECIAL | PRECARIDADE

30 NOVEMBRO
GREVE
GERAL
ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA



não se conhece qualquer iniciativa do Ministro do Trabalho no sentido de sensibilizar as Misericórdias para que acordem um CCT com a nossa Federação.

//SECTORES//

IPSS

PARA O GOVERNO AS INSTITUIÇÕES SÃO IMPORTANTES, OS TRABALHADORES NÃO!

» O Governo Sócrates/PS clamou, sempre que politicamente lhe convinha, a importância do papel das Instituições Particulares de Solidariedade Social, quanto mais não seja porque cumprem boa parte das funções no âmbito da acção social que cabiam directamente ao Estado.

Contudo, nada ou muito pouco fez para que a situação dos trabalhadores ao serviço das IPSS melhorasse, incentivando estas, enquanto entidades empregadoras, a melhorarem os salários, em média, dos mais baixos do País e as condições de trabalho.

A importância das funções desempenhadas pelos trabalhadores das IPSS não é reconhecida pelo Governo que apesar de conceder às instituições apoios anuais na ordem dos 1000 milhões de euros, em 2008 e de 1200 milhões de euros no presente ano, não estipula que parte deste bolo deve servir para remunerar condignamente quem ali trabalha.

Os avanços verificados nos anos mais recentes, no que toca ao nível dos salários, com a celebração em 2006 do Contrato Colectivo de Trabalho, celebrado entre a Federação e a CNIS, a sua manutenção ainda em vigor, com direitos garantidos para além do Código do Trabalho e o Acordo de 2009 que garantirá aumentos salariais entre 1,2% e 5,6%, conforme os níveis, resultaram e muito da acção dos trabalhadores organizados nos Sindicatos da Função Pública.

Numa pior situação estão os trabalhadores das Misericórdias, já que os cerca de 70 mil trabalhadores ao seu serviço, não estão abrangidos por qualquer instrumento de regulamentação colectiva, um facto que contradiz em absoluto o discurso do Governo

que diz privilegiar a contratação colectiva. No entanto, não se conhece qualquer iniciativa do Ministro do Trabalho no sentido de sensibilizar as Misericórdias para que acordem um CCT com a nossa Federação.



A IMPORTÂNCIA DAS FUNÇÕES DESEMPENHADAS PELOS TRABALHADORES DAS IPSS NÃO É RECONHECIDA PELO GOVERNO QUE APESAR DE CONCEDER ÀS INSTITUIÇÕES APOIOS ANUAIS NA ORDEM DOS 1000 MILHÕES DE EUROS, EM 2008 E DE 1200 MILHÕES DE EUROS NO PRESENTE ANO, NÃO ESTIPULA QUE PARTE DESTA BOLO DEVE SERVIR PARA REMUNERAR CONDIGNAMENTE QUEM ALI TRABALHA.

//SECTORES//

ENSINO SUPERIOR E INVESTIGAÇÃO

CHUMBAR BOLONHA

» No Ensino Superior e no Politécnico, o Governo prosseguiu com a introdução do Processo de Bolonha, adoptando um modelo de gestão que compromete a autonomia e o financiamento do sector.

Universidades e Politécnicos foram convertidos em meros intermediários de aquisição de diplomas, secundarizando a função social do Estado de proporcionar uma formação que contribua para um mais justo desenvolvimento do País. Também a gestão democrática dos estabelecimentos foi destruída pelo actual Governo através da imposição do actual modelo de gestão, unipessoal e proporcionadora de promiscuidades entre o que é público e o privado.

No Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior, os trabalhadores não-docentes são tratados como «restante pessoal», depois de terem perdido os direitos de participação nos órgãos estratégicos e executivos das instituições do Ensino Superior. Todos os trabalhadores perderam o direito à carreira, ao vínculo público, às remunerações e a uma avaliação justa de desempenho. O Governo PS também procedeu a acentuados cortes orçamentais nas instituições – 30 por cento em quatro anos –, obrigando a estrangulamentos financeiros e a maiores aberturas a interesses privados.

Maltratados e profundamente prejudicados por estas políticas de direita neoliberal, como os não docentes, todos saberão usar o voto para exigir uma definitiva ruptura alternativa que passe a respeitar e a dignificar estas instituições públicas,

travando o processo de privatização do Ensino Superior.



NO REGIME JURÍDICO DAS INSTITUIÇÕES DO ENSINO SUPERIOR, OS TRABALHADORES NÃO-DOCENTES SÃO TRATADOS COMO «REstante PESSOAL», DEPOIS DE TEREM PERDIDO OS DIREITOS DE PARTICIPAÇÃO NOS ÓRGÃOS ESTRATÉGICOS E EXECUTIVOS DAS INSTITUIÇÕES DO ENSINO SUPERIOR.



Em claro desrespeito pela negociação, o ministro actual não concluiu a negociação relativa a este regulamento e continua a tentar obrigar a trabalhar mais feriados.

//SECTORES//

MINISTÉRIO DA CULTURA

CHEGA DE SATISFAZER INTERESSES PRIVADOS

NO IGESPAR, AOS CERCA DE 30 TRABALHADORES DO EX-IPA, CONTRATADOS EM REGIME DE AVENÇA, MUITOS DESDE 1996, É-LHES NEGADO O DIREITO À CARREIRA, EMBORA O ARTIGO 14 DA LEI DO ORÇAMENTO DETERMINE QUE A SUA INTEGRAÇÃO, POR TEMPO INDETERMINADO, NO MAPA DE PESSOAL DO INSTITUTO ONDE ESTÃO COLOCADOS.

» Depois de quatro anos de Governo PS/Sócrates a viver as graves consequências decorrentes da errada reestruturação de serviços e a cega e arbitrária redução e transferência de recursos humanos, os trabalhadores do Ministério da Cultura não perderão a oportunidade de chumbar estas políticas através do voto.

Nesta legislatura, acentuou-se ainda mais a falta de meios humanos nos museus, palácios, monumentos e em pólos arqueológicos, e a prioridade foi continuar a satisfazer interesses económicos privados, com custos para o património cultural, os trabalhadores e a população.

Nestes quatro anos prosseguimos a luta por um regulamento de horário de trabalho justo que garanta tratamento igual para todos os funcionários dos serviços dependentes do IMC e dos IGESPAR. Em claro desrespeito pela negociação, o ministro actual não concluiu a negociação relativa a este regulamento e continua a tentar obrigar a trabalhar mais feriados.

No IGESPAR, aos cerca de 30 trabalhadores do ex-IPA, contratados em regime de avença, muitos desde 1996, é-lhes negado o direito à carreira, embora o artigo 14 da Lei do Orçamento determine que a sua integração, por tempo indeterminado, no mapa de pessoal do instituto onde estão colocados. Com o voto, concretizaremos a alternativa necessária e urgente que rompa com todas as políticas de direita, deste e de qualquer outro Governo.





//SECTORES//

FINANÇAS

TRABALHADORES DOS IMPOSTOS E DAS ALFANDEGAS SOB A MIRA DO GOVERNO

administração pública, levada a cabo por este Governo de maioria PS, passando a imagem para a opinião pública de que somos todos uns “privilegiados”, forçando uma comparação com o pior do sector privado.

FOI ASSIM QUE NUNCA ACEITOU
CUMPRIR A LEI E APLICAR
O DECRETO-LEI Nº404-A/98
AOS TRABALHADORES
DAS CARREIRAS DE REGIME ESPECIAL
DA DIRECÇÃO GERAL
DAS ALFÂNDEGAS E IMPOSTOS
ESPECIAIS SOBRE O CONSUMO.



» O Governo do Partido Socialista e do Senhor Sócrates ao longo da legislatura de quatro anos e meio que agora chega ao fim, tudo fez para denegrir a imagem dos trabalhadores da administração pública, com a finalidade de assim melhor poder impor a sua política de retirada de direitos. De facto, assistimos à maior cabala contra os trabalhadores da

Mas de entre os “privilegiados” ainda havia uns tantos trabalhadores da administração fiscal e aduaneira a quem era preciso e indispensável fazer a “folha” para lhes diminuir o “excesso de privilégios” que na opinião do Governo possuíam.

Foi assim que nunca aceitou cumprir a LEI e aplicar o Decreto-Lei nº404-A/98 aos trabalhadores das carreiras de regime especial da Direcção Geral das Alfândegas e Impostos Especiais sobre o Consumo.

Foi com este pensamento que levou à prática a aplicação do PRACE na redução dos Serviços Locais de Finanças, sem ouvir as populações nem os Sindicatos.

Foi ainda esta política que impôs a retirada do vínculo público aos trabalhadores da administração fiscal e aduaneira, não tendo em conta a especificidade das suas funções e pondo em causa a autoridade para o exercício das mesmas.

É esta política, que agora, por exigência dos Sindicatos da FNSFP, vem fazer propostas de revisão de Carreiras Especiais, com níveis salariais mais baixos que os actuais, não respeitando a Lei nº 12-A/2008 de 28 de Fevereiro no que se refere à integração dos suplementos remuneratórios na remuneração base, nem garantindo, sem equívocos nem tibiezas, o vínculo públicos para todos os trabalhadores.

Por tudo isto, é que os trabalhadores da administração fiscal e aduaneira bem como todos os restantes trabalhadores deste Ministério têm razões mais que suficientes para exigir novas políticas para o Sector.

É pois “obrigatória” a participação de todos no próximo acto eleitoral.

Vamos fazer de 27 de Setembro a nossa maior jornada de Luta



//SECTORES//

AGRICULTURA

MADRP UM ALVO PREFERENCIAL DESTE GOVERNO

A NÍVEL REGIONAL, A FUSÃO DAS DIRECÇÕES REGIONAIS DE AGRICULTURA, DE ENTRE DOURO E MINHO COM A DE TRÁS DOS MONTES E DA BEIRA LITORAL COM A DA BEIRA INTERIOR, DERAM LUGAR ÀS DRAP NORTE E CENTRO, PROVOCOU A REDUÇÃO DRÁSTICA DA ESTRUTURA DESCONCENTRADA, AO SEREM EXTINTAS DEZENAS DE ZONAS AGRÁRIAS, O QUE TEM CAUSADO PROBLEMAS SÉRIOS AOS AGRICULTORES.

» O Governo PS/ Sócrates, nos 4 anos desta legislatura, desmantelou a estrutura do Ministério da Agricultura, com a extinção, fusão ou reestruturação de vários organismos e serviços e

a colocação na Mobilidade Especial de centenas de trabalhadores.

Com estas medidas, este Governo contribuiu de forma decisiva para agravar o estado da nossa agricultura, da nossa floresta e das nossas pescas.

A estrutura do ministério foi reduzida exclusivamente com base na vontade política de privatizar e de conter despesas com pessoal dos quadros e de funcionamento de serviços.

Nos Serviços Centrais foram extintos a Auditoria Jurídica, o Auditor do Ambiente, a Escola de Pesca e Marinha do Comércio, o Serviço Nacional Coudélico, a Direcção-Geral da Protecção das Culturas(DGPC), o Instituto de Hidráulica, Engenharia Rural e Ambiente (IHERA) e o Instituto Nacional de Garantia Agrícola/Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e das Pescas(INGA/IFADAP).

A nível regional, a fusão das direcções regionais de agricultura, de Entre Douro e Minho com a de Trás dos Montes e da Beira Litoral com a da Beira interior, deram lugar às DRAP Norte e Centro, provocou a redução drástica da estru-





A REESTRUTURAÇÃO LEVOU
À EXTINÇÃO DE SERVIÇOS
E À TRANSFERÊNCIA PARA O SECTOR
PRIVADO DE ATRIBUIÇÕES
E PATRIMÓNIO,
À MUNICIPALIZAÇÃO DE OUTROS,
COM OU SEM
ESTRUTURAS, À ALIENAÇÃO
DE PATRIMÓNIO E À DISPENSA
DE CENTENAS TRABALHADORES.

tura desconcentrada, ao serem extintas dezenas de Zonas Agrárias, o que tem causado problemas sérios aos Agricultores. A extinção do INGA/IFADAP foi acompanhada pela desactivação das 7 Direcções Regionais desse Instituto, substituído pelo IFAP/IP o que provocou significativos e sucessivos atrasos no pagamento dos subsídios aos agricultores. A lei orgânica é bem clara na redução do papel e da intervenção do Ministério da Agricultura no processo de desenvolvimento da nossa agricultura e pesca, tem como marca uma progressiva transferência de atribuições do estado para o sector privado, sob a capa do reforço do “envolvimento das organizações sectoriais e de desenvolvimento rural e local”.

A reestruturação levou à extinção de serviços e à transferência para o sector privado de atribuições e património, à municipalização de outros, com ou sem estruturas, à alienação de património e à dispensa de centenas trabalhadores.

Recordam-se aqui os casos de extinção do Serviço Nacional Coudélico, transformado em Fundação (Alter Real), tendo sido transferido para o sector privado, um importante património imobiliário e animal (Cavalo Lusitano) para além das mais-valias patrimoniais presentes e futuras que aquele serviço produzia.

A entrega da componente promoção e execução de obras de hidráulica agrícola, ao sector privado. A alienação das herdades da Contenda e da Revilheira, em que os respectivos núcleos das raças autóctones foram vendidos a privados.

Ou a extinção da Direcção Geral dos Recursos Florestais, e a criação da Autoridade Florestal Nacional (AFN), que conduziu à redução das atribuições do MADRP neste sector e ao desmantelamento progressivo dos serviços florestais.

As matas públicas estão na mira da entrega da sua gestão, manutenção e conservação a outras entidades, públicas ou privadas, processo que já teve início com a entrega da Ma-

ta do Buçaco a uma fundação encabeçada pela Câmara Municipal da Mealhada.

A extinção, fusão ou reestruturação de serviços resultaram no envio de centenas de trabalhadores, com largos anos de experiência, para a mobilidade especial/despedimento, naquele que foi o ataque mais violento ao seu direito à estabilidade no emprego e ao trabalho.

Os trabalhadores, sujeitos a uma redução progressiva dos seus salários e consequentes transtornos financeiros e psicológicos, colocados na mobilidade especial, de imediato fizeram falta aos serviços, que estão com dificuldades em cumprirem a sua missão.



Será que o INETI/Lumiar vai dar lugar a mais um condomínio privado e o que resta do seu património científico vai ser entregue a um qualquer grupo empresarial?

//SECTORES//

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

DESMANTELAMENTO E PRECARIEDADE



NA AUTORIDADE DE SEGURANÇA ALIMENTAR E ECONÓMICA(ASAE) PROSEGUE, HÁ MAIS DE ANO E MEIO, A EMPENHADA LUTA DE RECUSA AO TRABALHO EXTRAORDINÁRIO. TEM SIDO MUITO POSITIVO O TRABALHO CONJUNTO QUE TEMOS DESENVOLVIDO COM A ASSOCIAÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL, TENDO DAÍ RESULTADO PLENÁRIOS CONJUNTOS E O FORTALECIMENTO DO TRABALHO DE ESCLARECIMENTO DESTES PROFISSIONAIS.

» O aumento da precariedade e uma acelerada destruição de direitos marcam, como nunca, a política de direita no MEI e respectivos organismos.

No **Instituto Português de Acreditação**, cuja lei orgânica de 2004 já prevê descaradamente a sua «externalização», todos os 13 trabalhadores do Instituto contratados a recibo verde (a totalidade dos efectivos) desencadearam uma luta apoiada pelo Sindicato que resultou na abertura de um concurso visando a sua integração como trabalhadores efectivos.

Este concurso, tal como outros abertos na Administração Pública após a derrota eleitoral do PS nas eleições europeias, foram resultado da luta dos trabalhadores e abrem perspectivas para a sua integração no mapa de pessoal.

Na **Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE)** prossegue, há mais de ano e meio, a empenhada luta de recusa ao trabalho extraordinário. Tem sido muito positivo o trabalho conjunto que temos desenvolvido com a associação sócio-profissional, tendo daí resultado plenários conjuntos e o for-

talecimento do trabalho de esclarecimento destes profissionais. Aqui, não são contadas as horas de viagem como tempo de trabalho e, mais grave ainda, no novo diploma de carreiras especiais de inspecção, o Governo extinguiu a carreira de Inspector-Adjunto, e as expectativas de progressão.

No que respeita ao **INETI**, a sua extinção atabalhoada com o conseqüente espartilhamento de competências por vários institutos e a que podem não ser alheios apetites especulativos sobre o seu património, os trabalhadores foram lançados numa instabilidade laboral cujo fim não se perspectiva.

Também aqui o desenvolvimento da investigação científica e os direitos dos trabalhadores foram afectados pela política privatizadora, economicista e de desregulamentação laboral prosseguida pelo Governo.

Será que o INETI/Lumiar vai dar lugar a mais um condomínio privado e o que resta do seu património científico vai ser entregue a um qualquer grupo empresarial? Também aqui o voto dos trabalhadores vai ter um papel determinante.



//SECTORES//

MOPTC

MENOS DIREITOS E PIORES SERVIÇOS

» Das alterações decorrentes do PRACE, adoptado pelo Governo PS/Sócrates, destaca-se neste Ministério a desresponsabilização pelos serviços prestados, o recurso à «externalização» e a assumpção de um papel meramente regulamentador de concessões de empreitadas e de estruturas lucrativas a entidades privadas.

Assim se compreende o papel subalterno a que foi remetido o Instituto Nacional de Aviação Civil (INAC), ou a forma como decorreu a transformação da Estradas de Portugal (EP) em sociedade anónima, convertida quase exclusivamente numa entidade gestora de concessões, a privados, da rede rodoviária nacional.

No INAC, que certifica as condições de segurança das aeronaves, foram contratados, sem critérios, trabalhadores não habilitados para o exercício de funções, o que pode até levar a sanções contra o Estado português e viola o novo RCTFP. O SIADAP aqui tem sido aplicado recorrendo-se discricionariamente à fi-

gura da opção gestonária, para alterar a posição remuneratória de alguns.

Na EP, as condições de trabalho foram fixadas unilateralmente com regulamentos internos. Exigimos a negociação colectiva e o respeito pelos direitos dos trabalhadores do Quadro Especial Transitório e em regime de contrato individual. Só depois do recurso à conciliação em sede do Ministério do Trabalho, se iniciou o processo de negociação do AE, tendo a empresa avançado com uma inaceitável proposta de aumento do horário semanal de trabalho, de 37,5 para 40 horas, com possibilidade de 11 diárias e 60 semanais. O direito a uma hora para a refeição também foi recusado pela administração que tudo fez para bloquear a contratação.

É que numa postura de quero, posso e mando, é mais favorável para a Administração, por via de regulamentos internos, a todo o momento poder alterar as condições de trabalho, do que se vincular a um Acordo de Empresa subscrito com os Sindicatos.

ASSIM SE COMPREENDE O PAPEL SUBALTERNO A QUE FOI REMETIDO O INSTITUTO NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL (INAC), OU A FORMA COMO DECORREU A TRANSFORMAÇÃO DA ESTRADAS DE PORTUGAL (EP) EM SOCIEDADE ANÓNIMA, **CONVERTIDA QUASE EXCLUSIVAMENTE NUMA ENTIDADE GESTORA DE CONCESSÕES, A PRIVADOS, DA REDE RODOVIÁRIA NACIONAL.**





Melhor sorte também não tem havido para os vigilantes do ICNB, com a criação dos mega-departamentos de gestão das áreas protegidas.

//SECTORES//

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

NATUREZA PIOR PROTEGIDA



PARTE DOS POUCOS VIGILANTE DA NATUREZA, AFECTOS AOS CCDRS – DOIS NO ALGARVE E NENHUM NO NORTE – FORAM FORÇADOS A TRANSITAR PARA AS ADMINISTRAÇÕES DA REGIÃO HIDROGRÁFICA. É CURIOSO COMO NO RECENTE E TRÁGICO ACIDENTE NA PRAIA DE MARIA LUISA, EM ALBUFEIRA, NINGUÉM, COMUNICAÇÃO SOCIAL INCLUÍDA, REFERIU ESTA FALTA DE MEIOS HUMANOS NA ARH, QUE TEM A FUNÇÃO DE FISCALIZAR AS FALÉSIAS E A SEGURANÇA DAS PRAIAS COSTEIRAS.

» O gritante desequilíbrio na forma como o Governo PS atribuiu as verbas do QREN e o despejar de competências para as autarquias sem contrapartidas orçamentais marcaram a política do Governo PS/Sócrates neste Ministério, também marcado por uma voraz vertente privatizadora, mais acentuada na gestão dos recursos hídricos.

Escasseando vão também os meios humanos no Ministério, obrigando os funcionários a uma grave polivalência de funções. Parte dos poucos vigilantes da natureza, afectos aos CCDRs – dois no Algarve e nenhum no Norte – foram forçados a transitar para as Administrações da Região Hidrográfica. É curioso

como no recente e trágico acidente na praia de Maria Luisa, em Albufeira, ninguém, comunicação social incluída, referiu esta falta de meios humanos na ARH, que tem a função de fiscalizar as falésias e a segurança das praias costeiras. Melhor sorte também não tem havido para os vigilantes do ICNB, com a criação dos mega-departamentos de gestão das áreas protegidas.

Os menos de 250 vigilantes existentes para todo o País, embora dispersos, têm muito em comum: são poucos, não têm meios adequados às suas missões e continuam, ao fim de uma legislatura inteira, a ignorar sobre quais serão os seus futuros vínculos, carreiras e respectivas remunerações.



//SECTORES//

JUSTIÇA

UMA LEGISLATURA DEPOIS... JUSTIÇA MAIS INJUSTA

» O Governo PS/Sócrates começou esta legislatura com um ataque violento, injustificado e injusto aos juízes, por causa das férias judiciais, como se os atrasos da justiça, se devessem a estas. E continuou, tudo alterando e destruindo. Naquilo que diz respeito aos trabalhadores não cumpriu compromissos assumidos por anteriores executivos do PS, encerrou serviços, criou problemas no funcionamento dos serviços e quis impor o seu projecto de extinção do notariado (não aprovado na Assembleia da República), por via normativa. Mas, pior que tudo, tornou o acesso à Justiça um bem só para os RICOS, uma vez que não revogou a anterior lei das custas judiciais de Durão Barroso, como ainda a conseguiu piorar.

De facto esta legislatura fica marcada pela guerra das férias mas, no final, contas feitas a rapidez não aumentou e o número de processos pendentes, se diminuiu, foi por via do agravamento das custas judiciais.

A CONFUSÃO NORMATIVA FOI LEVADA
A NÍVEIS NUNCA VISTOS, OS TRIBUNAIS
CONTINUAM, MUITOS DELES EM PRECÁRIAS
CONDIÇÕES E ATÉ A NOVA "CIDADE
JUDICIÁRIA DE LISBOA" TEM CONDIÇÕES
DE FUNCIONAMENTO RISÍVEIS.



A confusão normativa foi levada a níveis nunca vistos, os tribunais continuam, muitos deles em precárias condições e até a nova "cidade judiciária de Lisboa" tem condições de funcionamento risíveis.

Não cumpriu o acordo estabelecido ainda com o Governo de António Guterres de criar o registo nacional de Identificação Civil e de integrar os trabalhadores do Arquivo de Identificação nas carreiras dos Registos e do Notariado. Aliás, nesta área ainda piorou muito as coisas com a criação do Cartão do Cidadão, que tem atrasos nunca vistos na entrega do Bilhete de Identidade e que lança a confusão durante as eleições porque não indica o número de eleitor.

Quanto aos Notariados não teve a coragem de recuar na sua privatização, decidida por Durão Barroso, mas quis implementar a sua proposta, que havia sido chumbada na Assembleia da República, de tornar os registos a fonte única de validação dos actos. Resultado: a confiança jurídica dos actos está posta em causa, os Registos continuam a necessitar dum investimento sério e a funcionar em precaríssimas condições, o Estado viu-se privado duma fonte importante de receitas, os Registos estão mais atrasados que nunca e até os Notários Privados protestam porque o Governo eliminou a necessidade de certos tipos de escrituras e de actos notariais, substituindo-os por actos registrais ou feitos por outras entidades incluindo privados.

Na área dos Serviços Prisionais encerrou diversas prisões e na área da Reinserção Social encerrou diversos centros educativos, provocando problemas de segurança e de sobrelotação e eliminou dezenas de equipas de reinserção social, para além de não ter resolvido o problema da precariedade dos trabalhadores da Vigilância Electrónica que, sendo um serviço com cerca de 7 anos de existência e cada vez mais alargado, sempre teve os seus trabalhadores em situação precária. Finalmente o problema do Apoio Judiciário. As custas estão cada vez mais caras, é cada vez mais difícil obter apoio judiciário e o Governo ainda agravou a Lei. Necessitamos de criar um Serviço Nacional de Justiça, para todos, multifacetado, equitativo, assertivo e célebre, mas isso não se conseguirá com as políticas que os sucessivos Governos do PS/PSD/CDS têm prosseguido

nos últimos 30 anos e que conduziram a que, na prática, tenhamos uma justiça que condena os pobres e protege os ricos!



//SECTORES//

MAI

DESVARIO COM O PRACE



AS COMPETÊNCIAS DA DIRECÇÃO-GERAL DE VIAÇÃO, QUE JÁ TINHA GRAVES DIFICULDADES DE RECURSOS TÉCNICOS E HUMANOS, COM A EXTINÇÃO DESTA DIRECÇÃO-GERAL FORAM ESPARTILHADAS POR TRÊS ENTIDADES(ANSR, IMTT E GOVERNOS CIVIS)COM MENOS MEIOS E SEM ARTICULAÇÃO.

» As alterações orgânicas decorrentes do PRACE reflectem bem o desvario governativo provocado pelo Governo PS/Sócrates. O que faziam os organismos anteriores, que já tinham dificuldades graves de recursos técnicos e humanos, passou a ser feito, ainda pior e com menos meios, pelas novas entidades. As competências da Direcção-Geral de Viação, que já tinha graves dificuldades de recursos técnicos e humanos, com a extinção desta Direcção-Geral foram espartilhadas por três entidades(ANSR, IMTT e Governos Cívicos)com menos meios e sem articulação.

Com a passagem das contra-ordenações da Direcção-Geral de Viação para a Autoridade Nacional da Segurança Rodoviária (ANSR), centralizada em Lisboa, e a passagem de responsabilidades da DGV relativas a veículos e condutores para o Instituto da Mobilidade e Transportes Terrestres, tutelado pelo MOPTC) consagrou-se a descoordenação e um pior serviço para os utentes.

O Corpo Nacional da Guarda-Florestal foi abruptamente despejado no SEPNA da GNR. Mas a propaganda do Governo não consegue desmentir que não foram potenciados os respectivos meios humanos, que não lhes foi atribuído cartão de identificação nem fardamento adequado, nem que são forçados a trabalhar, lado a lado, com militares a auferir, no mínimo, mais 250 euros/mês do que eles, desempenhando as mesmas funções e com a mesma antiguidade. Estes trabalhadores prosseguem a luta, também para saberem que vínculos, carreiras e remunerações terão, à semelhança dos bombeiros profissionais(exerçam eles funções em corporações tuteladas pelas autarquias ou em associações humanitárias) e voluntários. A vigilância às florestas ficou negligenciada. Os meios de rádio não estão compatibilizados e adquirem-se meios aéreos que não estão credenciados.

Em suma, no que respeita à área da protecção civil, acentuou-se a falta de articulação entre as várias forças e componentes.



//SECTORES//

MNE

ESCLARECER PARA LUTAR

NA DIRECÇÃO-GERAL DOS ASSUNTOS EUROPEUS, EM DOIS PLENÁRIOS SUBORDINADOS À NOVA LEGISLAÇÃO REGISTRARAM-SE PARTICIPAÇÕES SEM PRECEDENTES, O QUE TORNOU POSSÍVEL DEBATER E ALERTAR PARA AS NEFASTAS CONSEQUÊNCIAS DO NOVO QUADRO LEGAL QUE REGULA OS TRABALHADORES, MAS CUJO CONHECIMENTO FOI NEGADO INCOMPREENSIVELMENTE PELA TUTELA ATÉ QUANDO A LEGISLAÇÃO ESTAVA JÁ A ENTRAR EM VIGOR.

» Num Ministério onde ainda não chegou o 25 de Abril no que respeita ao exercício da liberdade sindical e dos direitos de cidadania, muito marcado por compadrios e onde, em vários organismos, o trabalho sindical tem de fazer-se de forma quase clandestina.

A gravidade da entrada em vigor da nova legislação aproximou os trabalhadores do sindicato, que está empenhado no esclarecimento para a luta contra a legislação discriminatória adoptada pelo Governo.

Na Direcção-Geral dos Assuntos Europeus, em dois plenários subordinados à nova legislação registaram-se participações sem precedentes, o que tornou possível debater e alertar para as

nefastas consequências do novo quadro legal que regula os trabalhadores, mas cujo conhecimento foi negado incompreensivelmente pela tutela até quando a legislação estava já a entrar em vigor.

No Instituto Camões, constatando a forma como foi aplicado o SIADAP respeitante à avaliação feita em 2007, estamos a enviar todos os esforços para tornar possível a concretização, durante este mês, de um plenário geral, neste IP, de forma a proporcionarmos a todos os trabalhadores a informação e o apoio sindical necessários para podermos enfrentar e derrotar esta legislação e exigir a implementação de um quadro de relações laborais que nos dignifique e prestigie.

MINISTÉRIO DA DEFESA

COMBATER PREPOTÊNCIAS

SÃO VÁRIAS AS FORMAS DE REPRESSÃO ADOPTADAS PELA TUTELA: TRABALHO EXTRAORDINÁRIO PAGO ABAIXO DO PERMITIDO POR LEI, ESCALAS HORÁRIAS ABUSIVAS, PROCESSOS DISCIPLINARES APLICADOS POR MOTIVOS RIDÍCULOS E ATÉ APLICAÇÃO DE SANÇÕES, SEM PROCESSO E COBRANÇAS DE REFEIÇÕES ACIMA DA TABELA ESTIPULADA PARA A FUNÇÃO PÚBLICA.

» A vertente privatizadora da política do Governo PS teve particular incidência e gravidade nos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas e em instalações e monumentos sob a tutela pública deste Ministério.

Ao privilegiar a vertente militar internacional nas missões apadrinhadas pela NATO, pelo mundo fora, o Governo fragilizou, ainda mais, todas as componentes necessárias a uma verdadeira e soberana Defesa Nacional.

Os trabalhadores têm resistido à denegação de elementares direitos sindicais, associativos e de cidadania, em muitos locais de trabalho.

São várias as formas de repressão adoptadas pela tutela: trabalho extraordinário pago abaixo do permitido por lei, escalas ho-

rárias abusivas, processos disciplinares aplicados por motivos ridículos e até aplicação de sanções, sem processo e cobranças de refeições acima da tabela estipulada para a Função Pública. Além disso, os trabalhadores, tal como os de toda a Função Pública, sofrem os efeitos decorrentes do SIADAP e pelas formas abusivas e distorcidas da sua aplicação.

A falta de vergonha da tutela é tanta que algumas chefias militares até se arrogaram no direito de nomearem, elas próprias, representantes de trabalhadores para as comissões paritárias. É contra estas violentas formas de governação que prosseguiremos a luta contra todas as formas de prepotência que vão prejudicando quem trabalha e comprometendo a soberania nacional.

» Sendo que a luta dos trabalhadores, segundo a Frente Comum, foi determinante para que esta política não se agravasse e que é através da luta que a correlação de forças nos órgãos políticos se alterará a seu favor.

// MANIFESTO //

PARA A FRENTE COMUM, AS PRINCIPAIS LINHAS DE FORÇA DAS POLÍTICAS DOS SUCESSIVOS GOVERNOS, QUE O ACTUAL GOVERNO DE MAIORIA ABSOLUTA PS AGRAVOU, TÊM PASSADO POR DIABOLIZAR TUDO O QUE É PÚBLICO, SACRALIZAR A GESTÃO PRIVADA, ENTREGAR AO PODER ECONÓMICO DOMINANTE DE TUDO O QUE É LUCRATIVO, FAZENDO RECAIR OS CUSTOS NOS CONTRIBUINTEs, AUMENTANDO TAXAS, PROPINAS, CUSTAS JUDICIAIS.

MANIFESTO SOBRE AS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS

» A Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública, onde a nossa Federação se insere, divulgou recentemente um Manifesto dirigido aos trabalhadores do sector, a propósito da realização em 27 de Setembro das Eleições Legislativas, em que **reafirma a necessidade de uma política alternativa, que respeite e desenvolva os princípios fundamentais da Constituição da República e que dê cumprimento às funções sociais a que o Estado está obrigado – transversais a toda a Administração Pública – respeitando os direitos dos trabalhadores e valorizando a sua intervenção e participação na tomada de decisões.**

Para a Frente Comum, as principais linhas de força das políticas dos sucessivos governos, que o actual Governo de maioria absoluta PS agravou, têm passado por **diabolizar tudo o que é público, sacralizar a gestão privada, entregar ao poder económico dominante de tudo o que é lucrativo, fazendo recair os custos nos contribuintes, aumentando taxas, propinas, custas judiciais, pondo em causa a universalidade de acesso a serviços públicos essenciais, encarando-os numa lógica meramente lucrativa e de mercado não investindo na melhoria das condições de funcionamento dos serviços públicos e retirando direitos aos trabalhadores e aos utentes.**

Sendo que a luta dos trabalhadores, segundo a Frente Comum, foi determinante para que esta política não se agravasse e que é através da luta que a correlação de forças nos órgãos políticos se alterará a seu favor, a utilização do voto nas Eleições Legislativas, em quem, consequentemente, sempre tem estado do seu lado, poderá criar as condições favoráveis à defesa dos seus direitos e de uma Administração Pública de qualidade e eficaz e a uma alternativa progressista.

